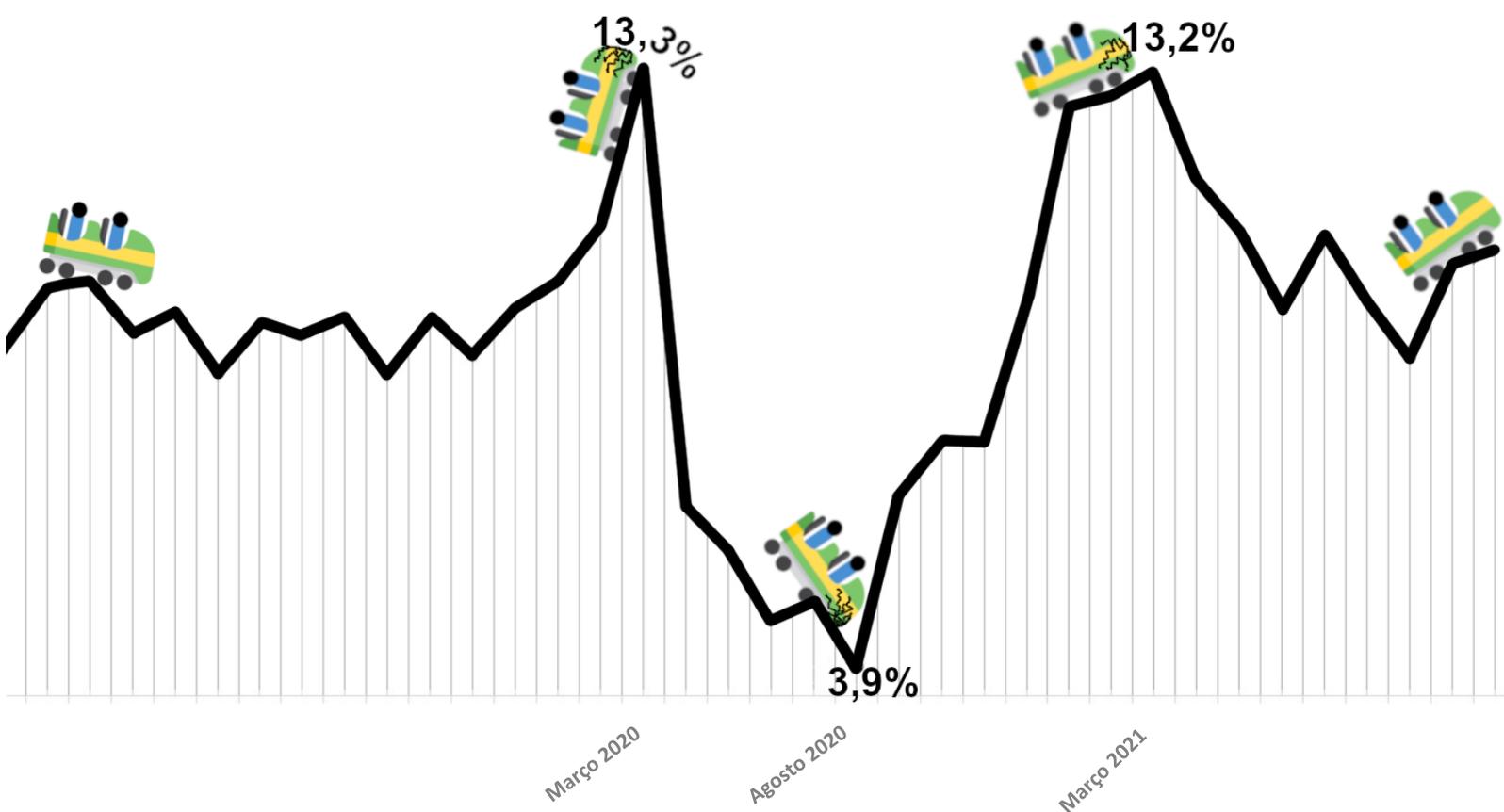


# A Montanha-Russa da Pobreza

Marcelo Neri e Marcos Hecksher



<https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

NERI, Marcelo C. e HECKSHER, Marcos D.

“A Montanha-Russa da Pobreza”, Marcelo Neri e Marcos Hecksher – 15 págs., Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. <https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

1. Pobreza. 2. Políticas de Rendas 3. Políticas Públicas. 4 Volatilidade 5. Bem-Estar Social

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19.

# A Montanha-Russa da Pobreza

## Sumário-Executivo

<https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

Marcelo Neri<sup>1</sup> e Marcos Hecksher<sup>2</sup>

### Resumo

Além de prosperidade e igualdade, estabilidade é um atributo fundamental para o bem-estar social. Tal como as duas primeiras se encontra em falta no caso brasileiro. Esta nota calcula em frequência mensal indicadores baseados em renda domiciliar per capita de todas as fontes normalmente disponibilizados em janelas de mensuração anuais. Propõe-se discutir as implicações dessas janelas de mensuração em termos de medição de bem-estar social e destacar suas causas, tal como a chegada da covid-19 ao país e a adoção de novas políticas de rendas (Auxílios).

**Retrato** - Em termos da última fotografia anual da pobreza, 10,8% da população estava abaixo da linha de R\$ 210 per capita em 2021, cerca de 23 milhões de pessoas, em termos relativos ou absolutos o nível mais alto da série histórica. Esta linha, embora baixa para suprir necessidades básicas, é usada como critério de elegibilidade a algum benefício pelo Auxílio Brasil. Num certo sentido este contingente se refere a falhas na rede de proteção brasileira. Em termos de mudanças, a proporção de pobres em bases anuais sobe 42,11% entre 2020 e 2021, correspondendo a 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões de novos pobres em relação ao pré pandemia.

**Mensais** - as mudanças das séries de pobreza anuais no Brasil escondem no período recente flutuações com amplitude 5,7 vezes ainda mais pronunciadas que as observadas em séries mensais, dado o aumento de 238,5% da mesma em menos de seis meses. Esse é o salto entre o menor ponto de pobreza de todos os tempos experimentado em agosto de 2020, quando a mesma atinge 3,9%, e o ápice de 13,2% durante a interrupção do Auxílio Emergencial em março de 2021. Coincidentemente, este novo pico de pobreza equivale quase ao pico gêmeo do primeiro mês da pandemia (13,3%). O último dado da série de 10,4% em novembro de 2021 é superior ao do período pré-pandemia e projeta tendência negativa pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário prospectivo de inflação alta, especialmente para baixa renda.

**Auxílios** - A fim de entender as causas das flutuações sociais, mostramos as séries de renda domiciliar per capita média do trabalho para captar o efeito isolamento social assim como o papel das transferências sociais per capita em relação a toda a população. Essas transferências per capita saem de R\$ 11,77 em fevereiro de 2020 para R\$ 136,20 em julho de 2020, caindo para 13,93 em fevereiro de 2021. No último ponto da série, que já incorpora o Auxílio Brasil substituindo o Auxílio Emergencial e o Programa Bolsa Família, o valor de transferências é de R\$ 19,29, 63,9% maior que logo antes da chegada da pandemia, mas apenas 14,2% do valor encontrado no ápice do Auxílio Emergencial. Incidentalmente, contas realizadas pelo FGV Social com uma linha de pobreza em torno de R\$ 300 revelam um custo mensal per capita para superação de pobreza em torno de R\$ 15 adicionais aos programas existentes na véspera da adoção do Auxílio Brasil.

---

<sup>1</sup> Diretor do FGV Social/CPS.

<sup>2</sup> Doutor em População, Território e Estatísticas Públicas.

# The Poverty Rollercoaster

<https://cps.fgv.br/en/povertymonthly>

Marcelo Neri<sup>3</sup> e Marcos Hecksher<sup>4</sup>

## Abstract

Besides prosperity and equality, stability is a key attribute to social well-being. Like the first two dimensions, stability is missing in the Brazilian case. This note calculates monthly indicators based on per capita household income from all sources normally available in annual measurement windows. We propose discussing the implications of these windows in terms of assessing social welfare and highlighting their causes, such as the presence of Covid-19 in the country and the adoption of new income policies (aids).

**Portrait** - In terms of the latest annual poverty photograph of 2021, 10.8% of the population, around 23 million people, was below the poverty line of R\$210 per capita. This was the highest level in the historical series in both relative and absolute terms. This poverty threshold, although low in meeting basic needs, is used as a criterion for eligibility for one of the aids in Auxílio Brasil. It can be perceived as a failure in official social safety nets. In terms of changes, the proportion of poor people on an annual basis increased by 42.11% between 2020 and 2021, corresponding to 7.2 million new poor individuals compared to 2020, and 3.6 million new ones compared to the pre-pandemic period.

**Monthly** - Changes in the annual poverty series in Brazil hide in the recent period fluctuations with an amplitude 5.7 times greater than those observed in monthly series, especially considering its 238.5% increase in less than six months. This is the jump between the lowest historical poverty point experienced in August 2020, when it reached 3.9%, and the peak of 13.2% during the Emergency Aid interruption in March 2021. Coincidentally, this new peak of poverty is almost equivalent to the peak in the first month of the pandemic (13.3%). The last point in the series, of 10.4% in November 2021, is higher than pre-pandemic and projects a negative trend as it incorporates the fixed nominal values of the new Auxílio Brasil in the face of high inflation, especially for low income families.

**Aid** - In order to understand the causes of social fluctuations, we show the series of average household income per capita from labor to capture the effect of social distancing and from official cash transfers to capture social safety nets. These per capita real cash transfers in relation to the entire population, went from R\$11.77 in February 2020 to R\$ 136.20 in July 2020, and dropped to R\$ 13.93 in February 2021. In the last point of the series, which already incorporates new Auxílio Brasil programme replacing both the Auxílio Emergencial and the Bolsa Família Program, the value of transfers is R\$ 19.29, or 63.9% higher than the moment just before the pandemic, but only 14.2% of the value found at the peak of Auxílio Emergencial. Incidentally, estimates by FGV Social with a poverty line of around R\$300 reveal a monthly per capita cost of overcoming poverty of around R\$15 additional to existing programs on the eve of the adoption of Auxílio Brasil.

---

<sup>3</sup> Director FGV Social/CPS.

<sup>4</sup> Doctor in Population and Public Statistics.

## A Montanha-Russa da Pobreza

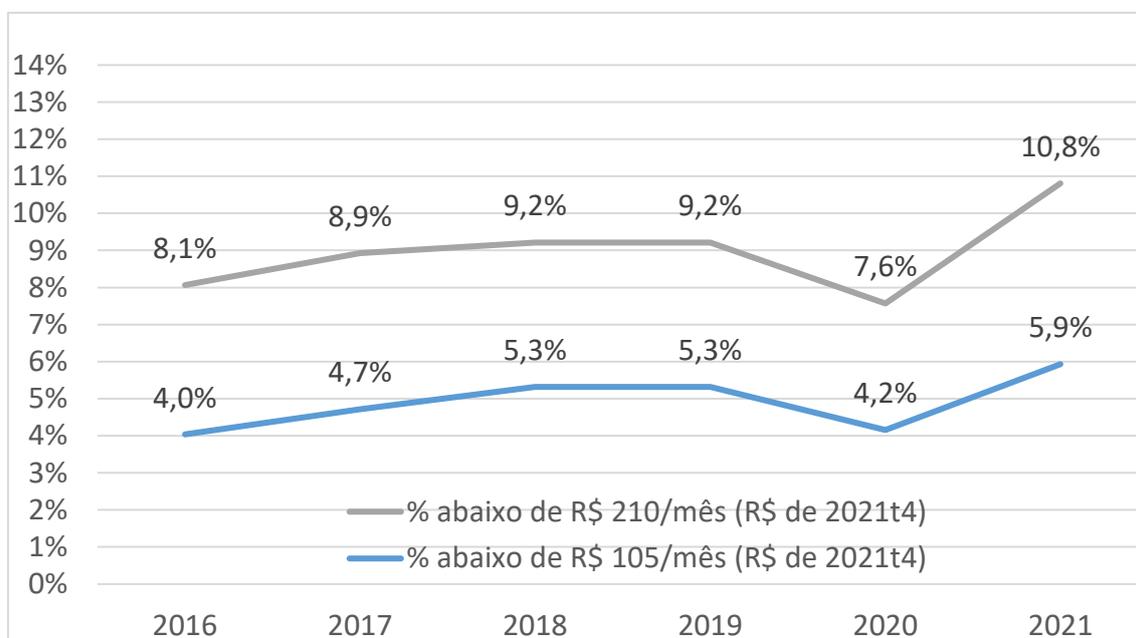
Marcelo Neri e Marcos Hecksher

<https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>

A taxa de pobreza vive uma verdadeira era de extremos nos três últimos anos no Brasil. Se usarmos a linha de pobreza do Auxílio Brasil recém-ajustada de R\$ 210 expressos a preços constantes de dezembro de 2021, a proporção de pobres em bases anuais passa de 7,6% da população em 2020 para 10,8% em 2021, correspondendo a um aumento de 42,11%, apresentado aqui em primeira mão. Se usarmos a linha de extrema de pobreza do programa de R\$ 105, o aumento é de 40,5%. É um aumento substantivo para o período de 12 meses. Basta lembrar que a primeira meta dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) era diminuir a pobreza à metade em 25 anos<sup>5</sup>. Entre 2019 e 2020, a taxa de pobreza tinha feito o trajeto no sentido oposto, caindo 17,39% a partir de 9,2% da população de 2019.

Gráfico 1

### Pobreza anual (2016 - 2021)

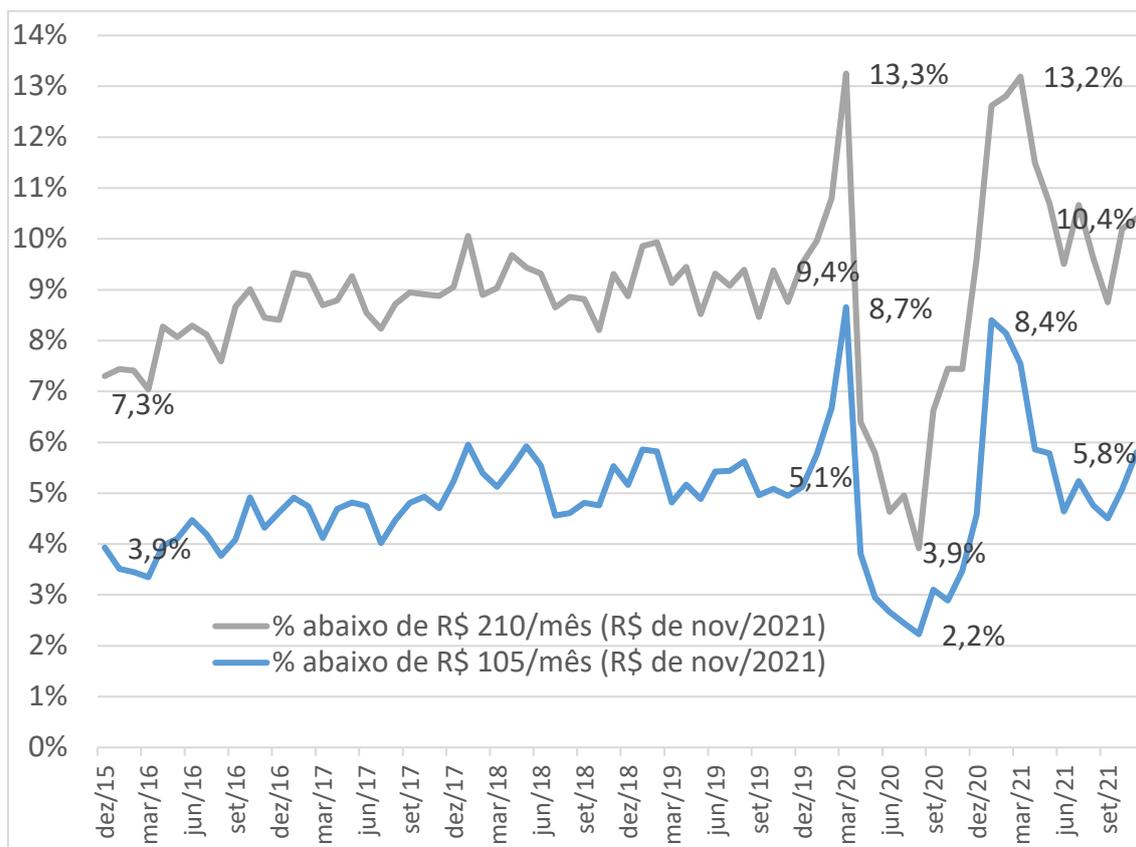


Fonte: FGV Social, elaboração própria a partir da PNADC/IBGE

**Mensais** - Na verdade, estas séries de pobreza anuais no Brasil escondem no período recente flutuações com amplitude 5,7 vezes ainda mais pronunciadas observadas em séries mensais, dado o aumento de 238,5% da mesma em menos de seis meses. Esse é o salto entre o menor ponto de pobreza de todos os tempos experimentado em agosto de 2020, quando a mesma atinge 3,9%, e o ápice de 13,2% durante a interrupção do Auxílio Emergencial em março de 2021. Coincidentemente, este novo pico de pobreza equivale quase ao pico gêmeo do primeiro mês da pandemia (13,3%).

<sup>5</sup> Se usarmos a linha de extrema de pobreza do Auxílio Brasil de R\$ 105, inspirada originalmente na linha mais baixa das ODM de U\$S 1,25 dia ajustada por Paridade de Poder de Compra, o aumento é de 40,5%. Num certo estas linhas captam falhas operacionais na rede de proteção brasileira.

Gráfico 2  
**Pobreza mensal (dez/2015 - nov/2021)**



Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensuração da PNADC/IBGE

O objetivo principal desta nota é propor e calcular em frequência mensal indicadores baseados em renda domiciliar per capita de todas as fontes normalmente disponibilizados em janelas de mensuração anuais. Propõe-se também discutir as implicações dessas janelas de mensuração em termos de medição de bem-estar social. E finalmente, destacar não só consequências desta volatilidade agregada da sociedade, mas também suas causas, tal como a chegada da covid-19 ao país, a adoção de novas políticas de rendas (Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial nas suas diversas versões), a alta inflação, entre outras.

**Método** - De maneira geral, a literatura foca em duas fontes principais para avaliar mudanças dos níveis de bem-estar social e de pobreza ao longo do tempo: a prosperidade e a equidade captadas respectivamente pelo crescimento da renda domiciliar per capita média e sua dispersão entre pessoas. Além disso, há um terceiro determinante principal, que é a estabilidade temporal da renda per capita. Estudamos a evolução agregada destas séries mensalizando a PNAD Contínua apresentada originalmente em bases anuais.

A oscilação vertiginosa experimentada pelos mais pobres só fica totalmente nítida quando desagregamos mês a mês as rendas de todas as fontes que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou em termos anuais na divulgação de 10 de junho. A partir dos microdados públicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), os meses são deduzidos do cotejo entre datas de nascimento e idades calculadas de pessoas pesquisadas nos mesmos períodos uma primeira abordagem é encontrada em [Heckscher 2020](#). Algumas inovações permitem deduzir os meses de 97% das quintas entrevistas realizadas em cada domicílio de 2016 a 2021, o que resulta em amostras mensais com 33 mil pessoas em

média. Como a pesquisa pergunta as rendas efetivamente recebidas no mês anterior a cada entrevista, analisamos essas rendas de dezembro de 2015 a novembro de 2021.

**O primeiro décimo** - Os brasileiros mais pobres têm de fato vivido uma montanha-russa nos últimos anos, atestada no gráfico 3. A renda mensal dos 10% mais pobres, ou primeiro décimo, já vinha em queda antes da chegada da covid-19 ao Brasil e despencou a menos da metade no início do isolamento social (R\$ 114 em novembro de 2019 a R\$ 52 em março de 2020). Deste mínimo atingido em março de 2020, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R\$ 215), na fase mais generosa do Auxílio Emergencial (AE), quando superou o dobro de igual mês do ano anterior. Daquele valor de pico, desabou a pouco mais de um quarto com a suspensão do programa em janeiro de 2021 (R\$ 55). A retomada do benefício, com cobertura e valores reduzidos, recuperou parcialmente a renda dos mais pobres (R\$ 113 em agosto de 2021), com tendência de novo recuo nos últimos meses do ano, ficando 15,8% abaixo do nível pré-pandemia (R\$ 96 em novembro de 2021). Este último projeta tendência negativa pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário de inflação alta e acelerada, especialmente para baixa renda<sup>6</sup>.

Segundo a mensuração da PNADC, em novembro de 2021, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres foi de R\$ 96, o equivalente a míseros R\$ 3,20 por dia para cada pessoa. Esse valor extremamente baixo tinha sido 18,7% maior dois anos antes, R\$ 114 mensais per capita, sempre a preços de dezembro de 2021. O gráfico 3 traça a tal montanha-russa enfrentada pelos mais pobres desde então. A escala logarítmica ajuda a comparar melhor as variações relativas (em percentual da renda, não em reais absolutos) e explicita que só os mais pobres experimentaram oscilações tão vertiginosas na pandemia. Nos décimos mais próximos ao topo da distribuição de renda, as oscilações foram parecidas com as de anos anteriores, com previsíveis ganhos de décimo terceiro nos meses de dezembro e variações mais tênues no resto do tempo.

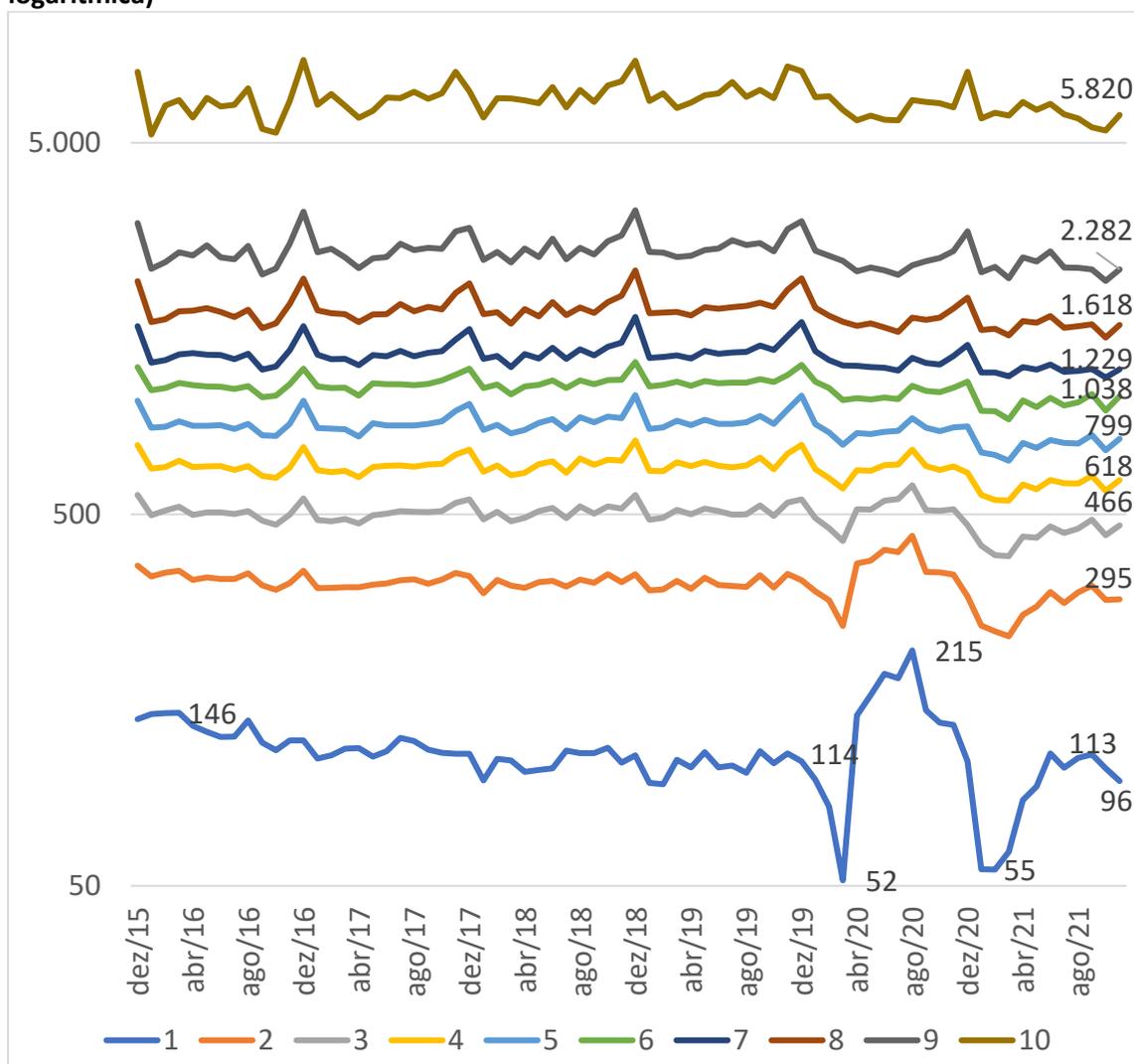
Os mais pobres, sem emprego formal, não reportam os mesmos picos natalinos. Nem em 2019 o adicional no Bolsa Família aumentou a renda média do grupo. O que eles enfrentam mês a mês são oscilações imprevisíveis entre graus extremos e moderados de pobreza, amplificadas pela pandemia e pela instabilidade das políticas sociais dos últimos anos. Sem jamais irem à Flórida, uma montanha-russa de privações foi a parte que lhes coube neste parque temático.

---

<sup>6</sup> A inflação de 12 meses medida pelo IPCA atinge o patamar de 12% em abril de 2022, com diferencial de 1,9 pontos percentuais maior para a baixa renda vis a vis a da alta renda (Ipea, 2022). Não usamos deflatores diferenciados por faixa de renda.

Gráfico 3

Média da renda domiciliar per capita por décimo da distribuição (R\$ de dez/2021, em escala logarítmica)



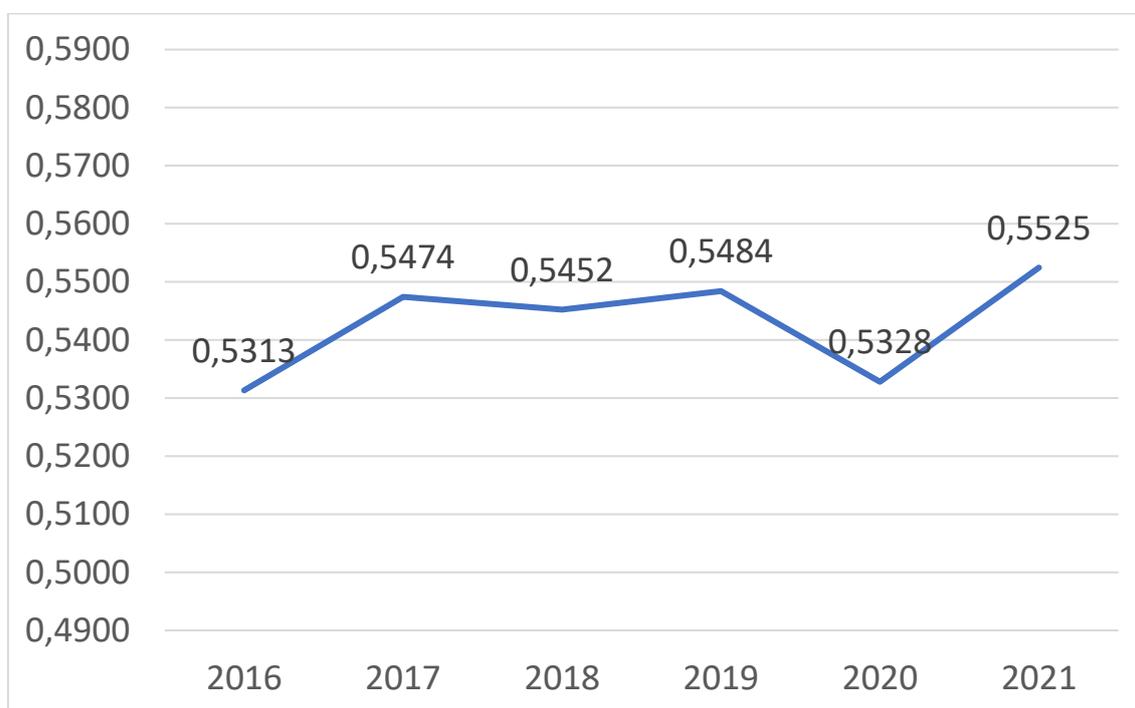
Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE

**Desigualdade** – Assim como a pobreza, a desigualdade também subiu em 2021 na PNADC, após ter caído em 2020. O índice de Gini da renda domiciliar per capita – sempre com rendimentos efetivos, incluindo tíquetes e na quinta visita ao domicílio – havia subido de 0,5313 em 2016 para 0,5474 em 2017 e oscilado ao redor do mesmo patamar em 2018 (0,5452) e 2019 (0,5484)<sup>7</sup>. Em 2020, no início da pandemia e auge do Auxílio Emergencial, o índice caiu a 0,5328. Já em 2021, a desigualdade voltou a subir e o índice de Gini atingiu 0,5525, o maior nível nesta série de seis anos em que o IBGE manteve o questionário inalterado e publicou microdados da quinta visita.

<sup>7</sup> A desigualdade renda domiciliar per capita do trabalho sobe por 17 trimestres consecutivos em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (Neri 2019).

Gráfico 4

**Desigualdade anual (índice de Gini da renda domiciliar per capita)**

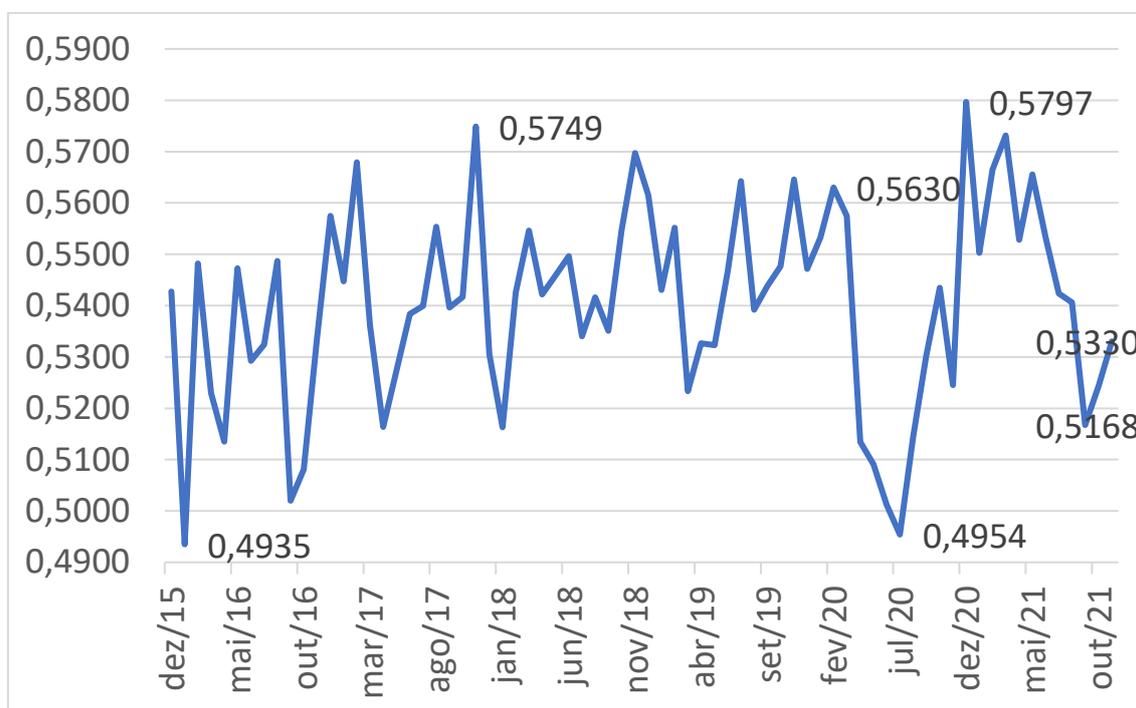


Fonte: FGV Social, elaboração própria a partir da PNADC/IBGE.

Como se espera, a série mensal é muito mais errática do que a anual. Mantida a escala do gráfico anual, a mensalização dá ao índice de Gini o traçado semelhante ao de um eletrocardiograma (no caso mensal, de uma pessoa viva). Erros amostrais e de medida ganham relevo, mas também passa a ser possível distinguir tendências e inflexões reais ocorridas em prazo inferior a um ano. O gráfico 5 indica que a desigualdade se mantinha ao redor do patamar de 2019 até fevereiro de 2020, quando o índice de Gini estimado foi de 0,5630. Sob a primeira onda de covid-19 e a primeira fase do Auxílio Emergencial, o índice caiu até 0,4954 em julho de 2020, nível próximo ao que havia sido alcançado em janeiro de 2016, 0,4935. De julho a dezembro de 2020, no entanto, o índice voltou a escalar até atingir o pico da série, 0,5797. De janeiro a maio de 2021, o índice de Gini oscilou em patamar alto, acima do observado de abril a novembro de 2020. Nos quatro meses seguintes, o índice caiu até atingir 0,5168 em setembro, mas volta a subir, chegando a novembro de 2021 em 0,5380.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> [Neri 2022](#) mostra que a oscilação da desigualdade mensal incorpora a volatilidade de renda a nível individual durante a pandemia. Isto é feito decompondo a dispersão de renda temporal em torno da média da mesma pessoa e a desigualdade dessa renda média individual a partir dos microdados longitudinais em nove pontos no tempo gerados a partir da combinação da PNADCovid e da PNADC Anual.

Gráfico 5  
**Desigualdade mensal (índice de Gini da renda domiciliar per capita)**

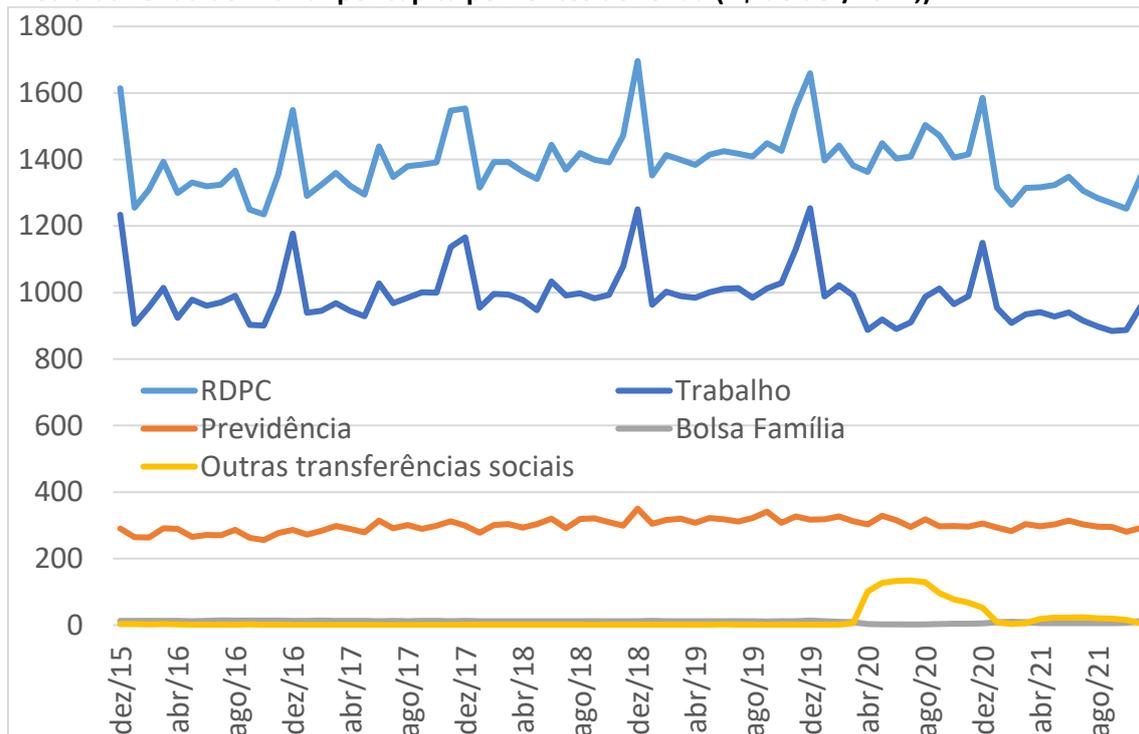


Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

**Políticas de Rendas** – A fim de entender as causas das flutuações sociais mostramos as séries de renda domiciliar per capita média abertas por fontes de renda, aí incluindo trabalho, previdência, Bolsa Família e outras transferências sociais que abrangem o Auxílio Emergencial e, no último mês da série, o Auxílio Brasil. A oscilação a partir de março de 2021 desta última categoria é visível a olho nu no gráfico 6, embora a escala dilua visualmente as oscilações das menores rendas. A fim de consolidar o impacto conjunto destes programas e transferências, apresentamos sua soma simples no gráfico 7. As transferências sociais per capita em relação a toda a população saem de R\$ 11,77 em fevereiro de 2020 para R\$ 136,20 em julho de 2020, caindo para 13,93 em fevereiro de 2021. No último ponto da série, que já incorpora o Auxílio Brasil substituindo o Auxílio Emergencial e o Programa Bolsa Família, o valor de transferências é de R\$ 19,29, 63,9% maior que logo antes da chegada da pandemia, mas apenas 14,2% do valor encontrado no ápice das transferências. Incidentalmente, contas realizadas pelo FGV Social com uma linha de pobreza em torno de R\$ 300 revelam um custo mensal per capita para superação de pobreza de R\$ 15 adicionais aos programas existentes na véspera da adoção do Auxílio Brasil.

Gráfico 6

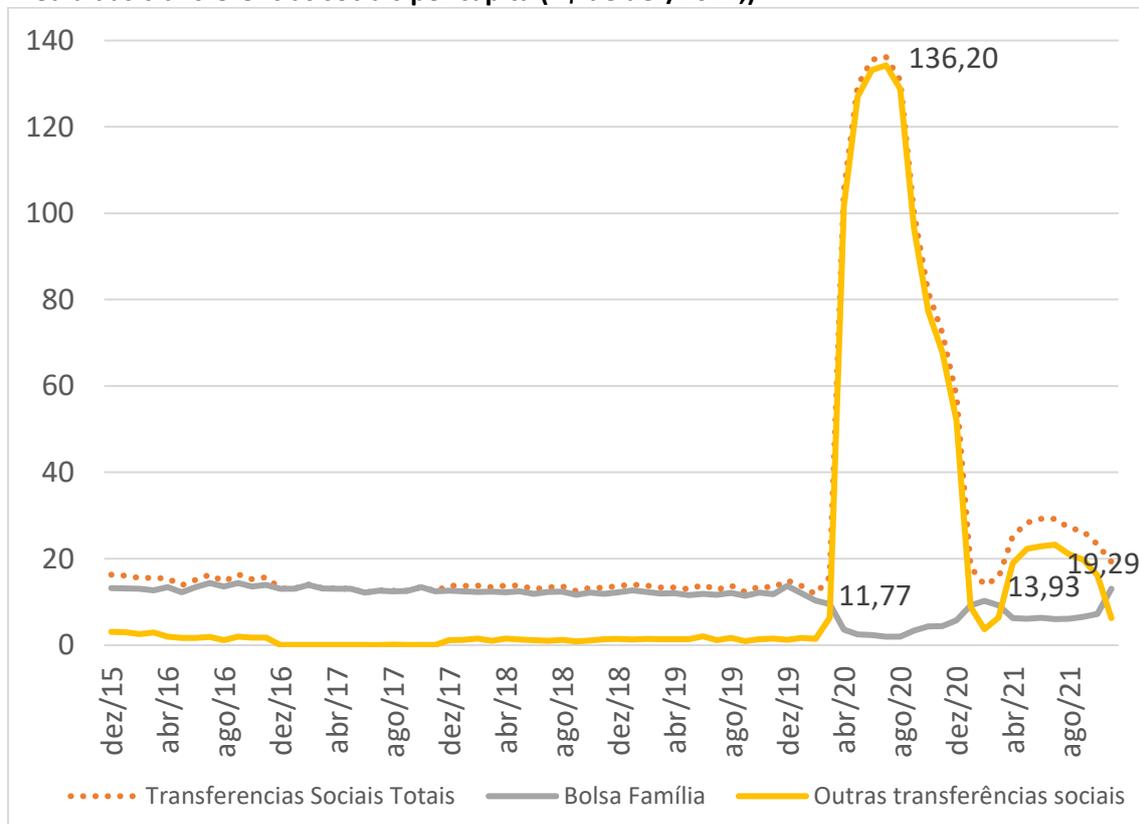
Média da renda domiciliar per capita por fontes de renda (R\$ de dez/2021,)



Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

Gráfico 7

Média das transferências sociais per capita (R\$ de dez/2021,)

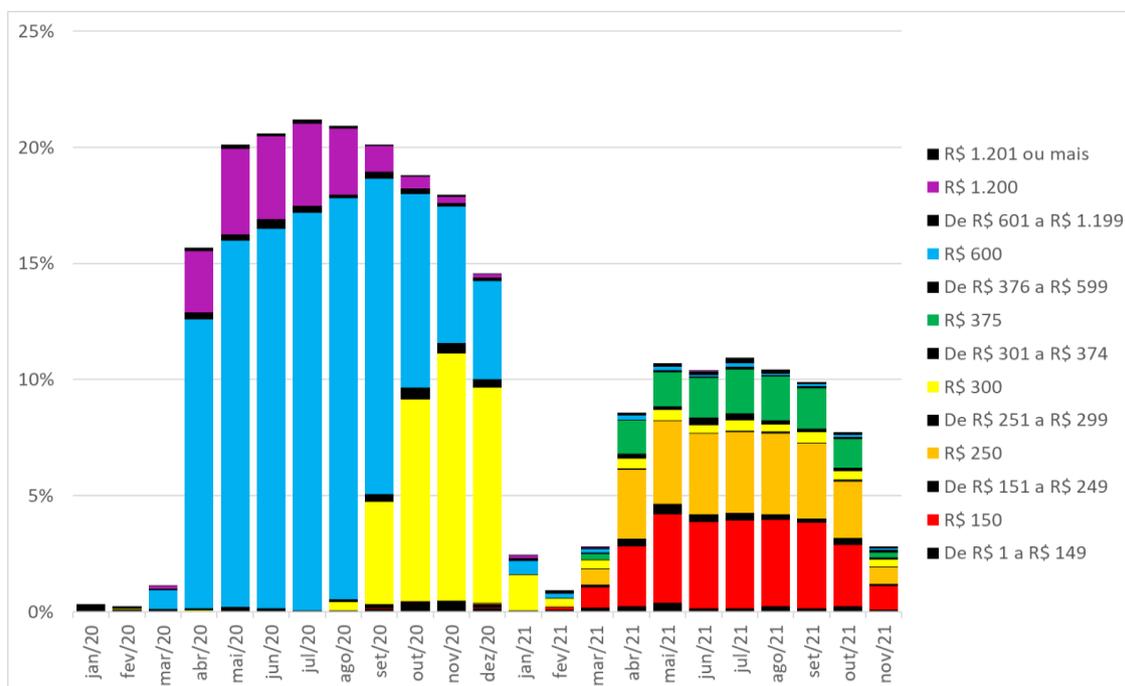


Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

**Auxílios Individuais** - O gráfico 8 atesta que a mensalização funciona bem em identificar os detalhes das várias versões dos auxílios, o que permite estudar suas consequências. Como vimos, com o mesmo questionário mantido em todo o período, o Auxílio Emergencial e o primeiro pagamento do Auxílio Brasil foram captados em uma pergunta sobre rendas de “algum outro programa social”, que registrava poucas respostas antes do início desses programas. A partir de abril de 2020, a rubrica dá um salto, puxada pelos valores típicos dos benefícios iniciais, R\$ 600 e R\$ 1.200. A partir de setembro de 2020, quem chega ao sexto pagamento vai passando a receber metade do valor inicial e os R\$ 300 passam a predominar. Quando o programa é interrompido no primeiro trimestre de 2021, valores residuais são pagos e, a partir de abril, os benefícios de R\$ 100, R\$ 250 e R\$ 375 preponderam, com cobertura cadente no fim do ano, especialmente em novembro, quando o Auxílio Brasil tem início.

A usual subenumeração de benefícios sociais em pesquisas domiciliares é exacerbada na captação do Auxílio Emergencial, cuja cobertura estimada não chega a um terço da observada nos registros administrativos, mas as tendências estão bem descritas na PNADC. Se por um lado a subenumeração puxa para baixo a renda estimada dos mais pobres, por outro, a necessidade de o IBGE substituir as entrevistas presenciais por telefonemas dificultou especialmente a manutenção dos mais pobres na amostra, que se tornou mais escolarizada e branca do que antes da pandemia. Dito isso, com desafios semelhantes aos enfrentados pelas pesquisas de referência em todo o mundo, a PNADC é o melhor monitor das rendas formais e informais da população brasileira, sobretudo dos mais pobres.

Gráfico 8  
**Adultos com renda reportada de “algum outro programa social” por faixa de valor (%)**



Fonte: FGV Social, elaboração própria com mensalização da PNADC/IBGE.

**A insegurança alimentar** captada pela pergunta se faltou dinheiro para a alimentação nos últimos 12 meses é particularmente sensível não só a média mas à volatilidade de renda (Neri 2022)<sup>9</sup>. É um sistema de monitoramento anual de carências máximas. Como o nosso período de referência são 12 meses não temos lacunas na séries anuais o que período de referência de prazo mais curto de 3 meses e a séries com pontos de observação irregulares geram. Por exemplo, os impactos do abandono do Auxílio Emergencial no começo de 2021 seria perdida por um período de referência de três meses mesmo em pesquisa realizada no final do ano por exemplo. A generosidade do Auxílio Emergencial de 2020. De forma mais geral o indicador capta a incapacidade da família suavizar estados de perda extrema, aí incluindo choques e comportamentos. A integral dessas situações ao longo do tempo dá medida de qualidade de vida do tipo da frase sábia do Tom Jobim: Agente leva da vida. a vida que agente leva.

**Comportamentos** - A pandemia do Covid-19 constitui um choque de grande magnitude oferece a possibilidade de estudar volatilidade e comportamentos sob condições extremas. Neri (2020) depois de explicitar a volatilidade em termos de renda individual a partir de dados longitudinais, lança mão de estatísticas oriundas do Global Findex 2017 do Banco Mundial tomando como pano de fundo a média simples mundial envolvendo 165 países, focando nos 40% mais pobres da distribuição. Em particular o conjunto de perguntas sobre a possibilidade de acessar fundos emergenciais e a natureza desses instrumentos é especialmente útil para os nossos objetivos aqui. A possibilidade de conseguir fundos emergenciais é menor entre os pobres do Brasil (26,7%) versus 38,2% para esse grupo no mundo. A principal fonte de recursos emergenciais entre aqueles pobres brasileiros que consideram possível arranjar fundos é família e amigos: 61,1% aqui em relação aos 36,1% do mundo. Ressaltamos, a dificuldade dos pobres proverem de fundo emergenciais no Brasil - e quando fazem é através de redes de solidariedade, como famílias e amigos, e pouco através de poupança precaucional ou crédito. O problema desta sociedade baseada em mecanismos de solidariedade é quando todos estão no mesmo carrinho de montanha-russa, fica mais difícil um ajudar o outro.

---

<sup>9</sup> Neste artigo é também estudada a volatilidade de renda a nível individual durante a pandemia a partir dos microdados longitudinais em nove pontos no tempo gerados a partir da combinação da PNADCovid e da PNADC Anual.

## Conclusões (Resumo)

Além de prosperidade e igualdade, estabilidade é um atributo fundamental para o bem estar social. Tal como as duas primeiras se encontra em falta no caso brasileiro. Esta nota calcula em frequência mensal indicadores baseados em renda domiciliar per capita de todas as fontes normalmente disponibilizados em janelas de mensuração anuais. Propõe-se discutir as implicações dessas janelas de mensuração em termos de medição de bem-estar social e destacar suas causas, tal como a chegada da covid-19 ao país e a adoção de novas políticas de rendas (Auxílios).

**Retrato** - Em termos da última fotografia anual da pobreza, 10,8% da população estava abaixo da linha de pobreza de R\$ 210 per capita em 2021, cerca de 23 milhões de pessoas, em termos relativos ou absolutos o nível mais alto da série histórica. Esta linha, embora baixa para suprir necessidades básicas, é usada como critério de elegibilidade a algum benefício pelo Auxílio Brasil. Num certo sentido este contingente se refere a falhas na rede de proteção brasileira.

Em termos de mudanças, a proporção de pobres em bases anuais sobe 42,11% entre 2020 e 2021, correspondendo a 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões de novos pobres em relação ao pré-pandemia.

**Mensal é mais radical** - as mudanças das séries de pobreza anuais no Brasil escondem no período recente flutuações com amplitude 5,7 vezes ainda mais pronunciadas observadas em séries mensais, dado o aumento de 238,5% da mesma em menos de seis meses. Esse é o salto entre o menor ponto de pobreza de todos os tempos experimentado em agosto de 2020, quando a mesma atinge 3,9%, e o ápice de 13,2% durante a interrupção do Auxílio Emergencial em março de 2021. Coincidentemente, este novo pico de pobreza equivale quase ao pico gêmeo do primeiro mês da pandemia (13,3%).

Os brasileiros mais pobres têm de fato vivido uma montanha-russa nos três últimos anos. A renda mensal dos 10% mais pobres já vinha em queda antes da chegada da covid-19 ao Brasil e despencou a menos da metade no início do isolamento social (R\$ 114 em novembro de 2019 a R\$ 52 em março de 2020). Desde este mínimo, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R\$ 215), na fase mais generosa do Auxílio Emergencial. Daquele valor de pico, desabou, ficando 15,8% abaixo do nível pré-pandemia (R\$ 96 em novembro de 2021). Este último projeta tendência negativa pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário prospectivo de inflação alta, especialmente para baixa renda.

**Auxílios** - A fim de entender as causas das flutuações sociais, mostramos as séries de renda domiciliar per capita média do trabalho para captar o efeito isolamento e as transferências sociais per capita em relação a toda a população. As transferências sociais saem de R\$ 11,77 em fevereiro de 2020 para R\$ 136,20 em julho de 2020, caindo para 13,93 em fevereiro de 2021. No último ponto da série, que já incorpora o Auxílio Brasil substituindo o Auxílio Emergencial e o Programa Bolsa Família, o valor de transferências é de R\$ 19,29, 63,9% maior que logo antes da chegada da pandemia, mas apenas 14,2% do valor encontrado no ápice do Auxílio Emergencial. Incidentalmente, contas realizadas pelo FGV Social com uma linha de pobreza em torno de R\$ 300 revelam um custo mensal per capita para superação de pobreza de R\$ 15 adicionais aos programas existentes na véspera da adoção do Auxílio Brasil.

A insegurança alimentar captada pela pergunta se faltou dinheiro para a alimentação nos últimos 12 meses é particularmente sensível não só a média mas à volatilidade de renda ([Neri](#)

[2022](#)). Os resultados são destas duas formas de monitoramento são consistentes entre si no âmbito da pandemia quando em 2021 a insegurança alimentar atinge o nível mais alto da série iniciada em 2006.

**Mesmo carrinho** – O problema destas flutuações é a baixa capacidade dos mais pobres de lidar com elas, gerando, como vimos, estados extremos de necessidades não satisfeitas. A possibilidade de conseguir fundos emergenciais é menor entre os 40% mais pobres do Brasil (26,7%) versus 38,2% para esse grupo no mundo. Para agravar principal forma dos pobres lidarem com emergências no Brasil é a solidariedade de família e de amigos: 61% aqui contra 36% da média mundial. A saída do Auxílio Emergencial gerou salto triplo de pobreza de 3,9% para 13,2% da população, que seguiu a queda equivalente, transformando o Brasil numa verdadeira montanha-russa. O problema é que quando estamos todos no mesmo carrinho, é difícil um ajudar o outro.